

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça.

4 Há muitos países que sofrem com o mesmo problema.

As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil, existe muita lei que não pega por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

André Petry. **Adultério e a desonestia**. In: *Veja*, 22/9/2004, p. 93 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

1 O desenvolvimento do texto apresenta como deve ser entendido o significado do verbo “pegam” (l.2) a respeito de algumas leis: **sair do papel**.

2 Na argumentação do texto, o termo “jabuticaba” (l.3) está servindo como exemplificação para algo que é tão tipicamente brasileiro como as leis que podem pegar ou não pegar; isto é, dar certo ou não dar certo.

3 A oração “É uma injustiça” (l.3) classifica qualquer opinião que restrinja o Brasil às suas características agrícolas, ou a um simples cultivador de jabuticabas.

4 A expressão “o mesmo problema” (l.4) retoma a idéia introduzida pela expressão “É comum ouvir” (l.1) e mostra que em outros países também são ditas muitas coisas que não correspondem à verdade.

5 Por se tratar de uma situação que o texto deixa claramente hipotética, a substituição do modo indicativo no verbo “interferem” (l.5) pelo subjuntivo **interferissem** preservaria as relações de sentido e a correção gramatical do texto.

6 A expressão “muita lei” (l.9) está sendo empregada na forma de singular, mas com um sentido generalizante correspondente ao plural: o que se diz a respeito de “muita lei” vale para **muitas leis**.

7 As orações iniciadas por “Ou” (l.10 e 11) retomam situações que correspondem aos “componentes” (l.7) de “sintonia fina” (l.6), respectivamente: “aparato policial” (l.7) e “comportamento coletivo” (l.7-8); por isso, “assim por diante” (l.12) pode retomar “grau de escolaridade” (l.8).

1 Filhos malcriados e agressivos... O problema da autoridade em crise não é do vizinho, não acontece no exterior, não é confortavelmente longínquo. É nosso. Parece que criamos um bando de angustiados, mais do que seria natural. Sim, natural, pois, sobretudo na juventude, plena de incertezas e objeto de pressões de toda sorte, uma boa dose de angústia é do jogo e faz bem.

Mas quando isso nos desestabiliza, a nós, adultos, e nos isola desses de quem estamos ainda cuidando, a quem devemos atenção e carinho, braço e abraço, é porque, atordoados pelo excesso de psicologismo barato, talvez tenhamos desaprendido a dizer não, nem distinguimos quando se devia dizer sim.

Ter um filho é necessariamente ser responsável. Ensinar numa escola é ser responsável. Estar vivo, enfim, é uma grave responsabilidade.

Lya Luft. **Sobre pais e filhos**. In: *Veja*, 16/6/2004, p. 21 (com adaptações).

Considere as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima para julgar os itens subsequentes.

8 A argumentação do texto opõe “vizinho” (l.2) e “exterior” (l.3) a “Filhos” (l.1) para reforçar que o problema “É nosso” (l.3).

9 Ao intensificar com o advérbio “mais” (l.4) o que deveria ser a medida “natural” (l.5), a autora demonstra que a angústia na juventude deve ser evitada.

10 O pronome “isso” (l.8) resume as idéias do primeiro parágrafo: as angústias da juventude.

11 Para preservar a correção gramatical, se o termo “adultos” (l.8) fosse substituído por um termo no feminino, a preposição antes de “nós” (l.8) sofreria contração com o artigo feminino e receberia acento indicativo de crase.

12 Preserva-se a coerência textual ao se substituir o pronome “quem” (l.9) pelo pronome **que**; mas para se preservar a correção gramatical será, então, necessário retirar-se a preposição que o antecede.

13 De acordo com os sentidos do texto, a substituição de “devia” (l.13) por **deveria** preserva a coerência textual e a correção gramatical.

14 Na linha 14, o emprego de flexão de singular em “é necessariamente” é requisito de concordância com “um filho”.

1 Sempre que um crime violento envolvendo menores
abala a sociedade, ressurgem a discussão sobre a necessidade
de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo
4 seus defensores, diminuir a responsabilidade penal para 16
anos inibiria a ação delituosa de rapazes e moças.

7 Segmentos da população, assustados com o aumento
da violência, imaginam ser esse o caminho para a reconquista
da segurança perdida.

10 Encarar o Estatuto da Criança e do Adolescente
como bode expiatório das mazelas nacionais é solução
cômoda, mas ineficaz. Ninguém de bom senso pode crer que
situar em faixa etária mais baixa a imputação criminal seja a
13 fórmula mágica capaz de devolver a paz às ruas e aos lares.
Bandidos que hoje usam jovens menores de 18 anos como
escudo, com a mudança, recorrerão a menores de 16 anos.
16 Depois virão os de 14, 12, 10.

Correio Braziliense. Opinião. 13/7/2004, p. 16 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito do texto acima.

- 15 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “envolvendo” (ℓ.1) por **que envolve**.
- 16 Na linha 11, a expressão “de bom senso” não está entre vírgulas porque ela restringe, isto é, não é empregada com a função de explicar, a idéia de “Ninguém”.
- 17 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, e o texto torna-se mais objetivo e assertivo, com a substituição de “seja” (ℓ.12) pelo seu equivalente do modo indicativo: **é**.
- 18 Na linha 13, por estar marcado pelo sinal de crase como objeto indireto de “devolver”, o termo “às ruas” admite ser deslocado para imediatamente antes do termo “a paz”, sem que fique prejudicada a correção do texto.
- 19 O último período sintático do texto constitui um argumento a favor da idéia expressa no primeiro parágrafo: a diminuição da idade para a responsabilidade penal.
- 20 Apesar de constituir parte de um artigo de jornal, o nível de linguagem empregado no texto torna-o adequado para fazer parte de um documento oficial, como um parecer ou um relatório a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Acerca dos órgãos da justiça militar brasileira, julgue os seguintes itens.

- 21 São órgãos da justiça militar da União o STM, a Auditoria de Correição, os conselhos de justiça, os juízes-auditores e os juízes-auditores substitutos.
- 22 Para efeito de administração da justiça militar em tempo de paz, o território nacional se divide em doze circunscrições judiciárias militares. Entre elas, a 11.^a abrange o Distrito Federal e os estados de Goiás e Tocantins.
- 23 Os conselhos de justiça e os tribunais de justiça militar nos estados integram cada uma das doze circunscrições judiciárias da União, de acordo com as suas respectivas localizações.

Julgue os itens a seguir, relativos à composição e à competência do STM e de seus órgãos.

- 24 O STM é composto de quinze ministros, divididos paritariamente, entre oficiais da ativa e do posto mais elevado das carreiras da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.
- 25 Compete ao STM julgar originariamente os oficiais-generais das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei, decretar a prisão preventiva e conceder ou revogar menagem e liberdade provisória nos feitos de sua competência, entre outras atribuições legais.
- 26 Compete ao presidente do STM, que pode ser civil ou militar, entre outras funções, dirigir os trabalhos do tribunal, presidir as sessões plenárias e proclamar as decisões; representar o tribunal em suas relações com outros poderes e autoridades e corresponder-se com autoridades acerca de assuntos de interesse do tribunal e da justiça militar.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à organização, composição e competência dos órgãos de primeira instância da justiça militar da União.

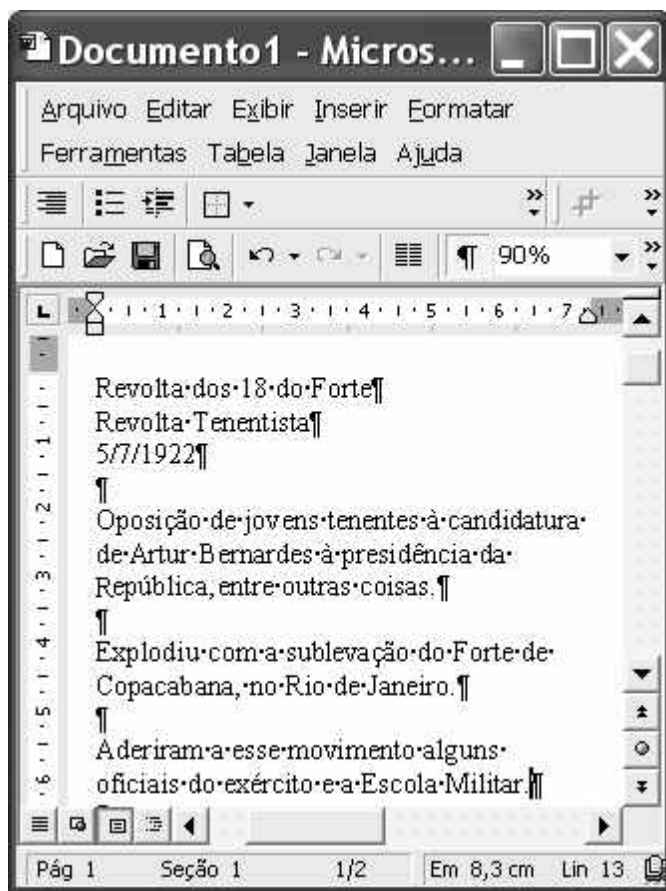
- 27 Cada circunscrição judiciária militar corresponde a uma auditoria, composta de um juiz-auditor, um juiz-auditor substituto, um oficial superior e três oficiais de posto até capitão-tenente ou capitão, um diretor de secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, os quais formam o Conselho Permanente de Justiça, presidido pelo juiz togado.
- 28 A Auditoria de Correição tem jurisdição em todo o território nacional e é composta por um juiz-corregedor, um diretor de secretaria e auxiliares, competindo ao juiz-corregedor, entre outras funções, proceder às correições gerais e especiais nas auditorias na forma da lei e instaurar procedimento administrativo para apuração de falta cometida por servidor que lhe seja subordinado.
- 29 Os conselhos de justiça militar incluem o Especial, a quem cabe processar e julgar, nos crimes militares, os oficiais, exceto os generais, que são julgados pelo STM, e o Permanente, a quem compete julgar os demais acusados, nos crimes previstos na legislação penal militar, sendo que ao presidente do conselho cabem tarefas relevantes da judicatura, como receber e rejeitar a denúncia, decidir sobre o arquivamento ou não de inquérito, relaxar ou manter a prisão em flagrante e decretar ou revogar prisão preventiva.
- 30 O ingresso na carreira da magistratura da justiça militar da União dar-se-á por concurso público de provas e títulos, no cargo de juiz-auditor substituto e por sorteio de juízes militares.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos magistrados da justiça militar.

- 31 Os magistrados de primeira instância da justiça militar gozam de férias individuais, de sessenta dias, concedidas segundo a conveniência do serviço, as quais não podem fracionar-se por período inferior a trinta dias, nem acumular-se, exceto por necessidade do serviço e pelo prazo máximo de dois meses.
- 32 A posse dos magistrados da justiça militar dar-se-á no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento no órgão oficial, e o exercício, trinta dias contados da posse, porém se os prazos forem descumpridos, o descumprimento será mera irregularidade, produzindo o ato todos os seus efeitos.

Acerca do Ministério Público da União junto à justiça militar, da Defensoria Pública e dos serviços auxiliares, julgue os itens a seguir.

- 33 O Ministério Público mantém representantes junto à justiça militar, sendo seus membros subordinados hierarquicamente ao STM.
- 34 Os serviços auxiliares da justiça militar são executados pela Secretaria do STM e pelas secretarias das auditorias, cujos servidores são regidos por estatuto próprio, não se lhes aplicando o regime disciplinar estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União e sim o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).
- 35 Aos técnicos judiciários cabe executar os serviços determinados pelo juiz-auditor e diretor de secretaria e aos oficiais de justiça avaliadores cabe fazer as citações por mandado, bem como as notificações e intimações.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000 contendo um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 36 Considere a realização do seguinte procedimento: selecionar as três primeiras linhas mostradas do documento; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; teclar **I**; liberar a tecla **Ctrl**. Após essas ações, o trecho “Revolta (...) 5/7/1922” ficará selecionado e com o estilo de fonte alterado para negrito e itálico.

- 37 Por meio de opção encontrada no menu **Arquivo**, é possível enviar, como anexo de uma mensagem de e-mail, todo o documento em edição para um destinatário de correio eletrônico.
- 38 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar sobre “Oposição”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar sobre “Militar”; liberar a tecla **Shift**; clicar o botão . Após esse procedimento, os três parágrafos do documento iniciados com “Oposição”, “Explodiu” e “Aderiram” serão transferidos, respectivamente, para as três linhas iniciais de uma tabela contendo apenas uma coluna.
- 39 Para inserir uma marca de tabulação na primeira linha do parágrafo iniciado por “Oposição”, é suficiente clicar sobre qualquer palavra do referido parágrafo e, a seguir, clicar o botão .




Um empregado de um escritório utiliza um microcomputador do tipo PC para realizar parte de seu trabalho. Com o passar do tempo, ele percebeu que, para realizar de forma mais eficiente suas tarefas, seriam necessárias algumas alterações no computador, bem como a aquisição e a instalação de alguns periféricos.

Com relação a essa situação e a *hardware* de computadores do tipo PC, julgue os itens seguintes.

- 40 Caso o usuário perceba que o computador está demandando tempo excessivo para executar alguns programas, e ele deseje aumentar a velocidade de execução desses programas, ele irá fazê-lo com sucesso por meio da instalação de uma memória ROM no computador, que diminuirá a quantidade de acessos ao disco rígido, aumentando a velocidade de execução de programas.
- 41 Se o usuário desejar imprimir documentos em diferentes cores, ele poderá fazê-lo por meio da instalação de uma impressora do tipo jato de tinta que permita impressão em cores.
- 42 Caso o usuário deseje, por meio de mídia removível, transferir um arquivo de 300 MB de seu computador para um outro computador de seu escritório, ele poderá fazê-lo utilizando um dispositivo do tipo *pendrive* que tenha capacidade adequada.
- 43 Caso o usuário perceba que, para realizar melhor seu trabalho, é essencial conectar o seu computador a uma rede de computadores do tipo *ethernet*, disponível em seu escritório, será necessário o uso de um *modem* ADSL.



Considere que a janela do Windows Explorer ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC, cujo sistema operacional é o Windows 98. Com relação a essa janela, ao Windows 98 e ao computador em que a referida janela está sendo executada, julgue os itens a seguir.

- 44 O computador mencionado acima contém uma pasta de nome Pasta STM que ocupa mais de 7 MB de espaço de memória.
- 45 Por meio de recurso disponibilizado ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o ícone , é possível acessar funcionalidade do Windows 98 que permite o envio do arquivo associado ao referido ícone como arquivo anexado ao corpo de uma mensagem de correio eletrônico.
- 46 Ao se clicar o ícone  e, em seguida, o botão , o arquivo associado ao referido ícone será enviado diretamente à Lixeira do Windows 98.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e a correio eletrônico, julgue os itens subseqüentes.

- 47 Uma mensagem de correio eletrônico pode passar por diversos computadores pertencentes à Internet no trajeto entre a máquina remetente e a destinatária da informação. Em cada um desses computadores, potencialmente, a mensagem pode ser ilegalmente interceptada, lida e(ou) pirateada.
- 48 Para participar de um grupo de discussão na Internet, é necessário que os endereços eletrônicos de todos os participantes pertençam ao mesmo provedor de *e-mail*. Essa política permite a aplicação de normas de segurança que, no Brasil, são estabelecidas pelo Ministério da Justiça e executadas pela Polícia Federal.

- 49 O uso de *firewall* permite que, por meio de um conjunto de regras estabelecidas, se defina que tipos de dados podem ser trocados entre dois computadores e quais computadores podem trocar informações com determinado computador.
- 50 O ICQ é um aplicativo que utiliza a Internet para permitir a distribuição de arquivos MP3 e MPEG2 de som e vídeo comprimidos. Para que determinados recursos do ICQ possam ser adequadamente utilizados, é necessário que o computador no qual o ICQ é executado tenha nele instalado um *kit* multimídia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva acerca de nacionalidade, a ser julgada à luz da Constituição Federal.

- 51 Manoel Antônio, jurista de reputação internacional, é brasileiro naturalizado, com doutorado na Universidade do Texas – EUA, e ocupa atualmente o cargo de professor-visitante da Universidade de Brasília (UnB). Nessa situação, Manoel Antônio, em nenhuma hipótese, poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 52 Carol, cidadã norte-americana, e Luigi, cidadão italiano, que são casados há 8 anos e moram na Itália, estavam passando férias no Rio de Janeiro desde setembro de 2004. Carol estava grávida e o nascimento da criança estava previsto para novembro. Dois dias antes do vôo de volta à Itália, o filho de Carol nasceu no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa situação, em face das previsões constitucionais, o filho do casal será considerado brasileiro nato.
- 53 Manoel é cidadão português e reside em Brasília há 13 anos ininterruptos, trabalhando como auxiliar de enfermagem no Hospital Universitário. Nessa situação, caso apresente idoneidade moral, não há óbice constitucional para Manoel adquirir a nacionalidade brasileira.

Julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

- 54 Os poderes de Estado, apesar de independentes, devem atuar de maneira harmônica. O princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal assegura que um poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse princípio é denominado, pela doutrina do direito constitucional, teoria dos freios e contrapesos.

55 Constituição de estado-membro da Federação que preveja um conselho estadual de justiça que, composto de representantes dos Poderes Judiciário e Legislativo e da Ordem dos Advogados do Brasil, tenha atribuições de fiscalização administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público não ofenderá o princípio da separação dos poderes previsto na Constituição Federal.

Considerando a garantia fundamental da inviolabilidade do sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas, julgue os itens que se seguem.

56 O sigilo das comunicações telegráficas, como todo direito fundamental, tem caráter absoluto.

57 Considere a seguinte situação hipotética.

João foi condenado a pena de 30 anos de prisão por tráfico de drogas e outros crimes. Líder do tráfico de drogas na favela ABC da capital de seu estado, João está cumprindo a pena no presídio HG.

Nessa situação, a administração do presídio poderá, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional e de preservação da ordem jurídica, excepcionalmente, violar as correspondências de João.

Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

58 A situação de policial civil com direito a prisão especial não se caracteriza como regalia em conflito com o princípio da isonomia, pois a própria Constituição assegura aos presos o respeito à integridade física e moral.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

O governador de determinado estado brasileiro editou decreto vedando a realização de manifestação pública com a utilização de carros e aparelhos sonoros nas praças centrais da capital, onde estão localizados o palácio do governo e a sede do Poder Judiciário.

Nessa situação, o decreto é inconstitucional, pois viola a garantia constitucional que assegura esse direito, inviabilizando o exercício do próprio direito ao impedir a comunicação entre os manifestantes.

Acerca do direito administrativo brasileiro e considerando a Constituição Federal, julgue o item que se segue.

60 A Constituição Federal assegura a todo cidadão, inclusive aos estrangeiros, acessibilidade aos cargos públicos, garantido-se o princípio administrativo da igualdade. Assim, considerando concurso de âmbito nacional, não pode um edital determinar a classificação dos candidatos por unidade da Federação uma vez que um candidato poderá classificar-se em uma delas com nota inferior ao que, em outra, não alcance a classificação respectiva.

Diretor do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça foi designado pelo ministro como presidente da comissão de licitação para construção do primeiro presídio federal na cidade de Brasília – DF. A obra é motivada pelo grande aumento do crime organizado no país e, sobretudo, pela necessidade de isolar os líderes que controlam suas facções de dentro dos estabelecimentos prisionais das capitais dos estados. A previsão do custo da obra é de R\$ 15.000.000,00.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens seguintes, relativos à Constituição Federal e à Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações.

61 Ao elaborar o edital para construção do presídio federal, o presidente da comissão deverá estabelecer necessariamente a modalidade tomada de preço ou a concorrência.

62 Uma vez justificada a urgência em face do comprometimento da segurança dos cidadãos, poderá o ministro da Justiça, com a autorização do presidente da República, criar outra modalidade de licitação não prevista na Lei n.º 8.666/1993.

63 Constatado vício no edital, o diretor do Departamento Penitenciário e presidente da comissão de licitação deverá alterá-lo e determinar a sua publicação pelo mesmo prazo inicialmente estabelecido e na mesma forma estabelecida no texto original.

64 A comissão de licitação instituída pelo ministro de Justiça será responsável pelo julgamento dos recursos e impugnações do procedimento licitatório, não podendo os participantes, em face do princípio da separação dos poderes, acionar o Poder Judiciário.

65 Considere a seguinte situação hipotética.

Josué, técnico judiciário do STM, empossado em março de 2003, constatou irregularidade na aplicação da Lei de Licitações ao edital de construção do presídio federal.

Nessa situação, Josué poderá ser parte legítima para impugnar o edital.

No que se refere a contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

66 A Constituição Federal assegura expressamente o concurso público de provas e títulos para a investidura em cargo ou emprego público. Em casos excepcionais, os estados-membros poderão autorizar, mediante lei, o provimento de cargos públicos por contrato administrativo, sem concurso público.

67 Considere a seguinte situação hipotética.

Estado-membro da Federação firmou contrato de estágio em programa de saúde pública que prevê a remuneração aos estudantes de medicina vinculada à dos médicos residentes, com valor de R\$ 2.000,00.

Nessa situação, não poderá o estado, no curso do contrato, romper a igualdade, determinando o pagamento aos estagiários de valor inferior, o que constituiria violação ao princípio da boa-fé, entre outros.

- 68 Se uma empresa de reforma for contratada para pintar os gabinetes da Secretaria de Cultura de um estado da Federação e atrasar seis meses, injustificadamente, o início do serviço, esse fato, por si só, constituirá motivo para rescisão do contrato firmado entre essa empresa e a secretaria.
- 69 A possibilidade de alteração unilateral do contrato administrativo não possui caráter absoluto, segundo entendimento da doutrina majoritária do direito administrativo.
- 70 A rescisão do contrato por motivo de interesse público obriga a administração a ressarcir os prejuízos efetivamente sofridos pelo contratado, ensejando, ainda, direito a devolução das garantias, pagamentos devidos até a data da rescisão e pagamento de custo de desmobilização.

O STM realizou concurso público de provas e títulos para o cargo de técnico judiciário em novembro de 2003. O concurso foi homologado em janeiro de 2004, registrando-se a aprovação de 30 candidatos. O edital do concurso estabeleceu um prazo de validade de 8 meses.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens subsequentes à luz da Lei n.º 8.112/1990.

- 71 Considerando-se as disposições da referida lei, o edital apresenta-se eivado de vício, o que acarreta sua nulidade, pois os concursos públicos devem ter validade por dois anos.
- 72 Considere, por hipótese, que Geraldo tenha sido aprovado em terceiro lugar no referido concurso. Nessa situação, caso Geraldo não seja convocado oficialmente a tomar posse no prazo de validade estabelecido no edital, poderá o tribunal preparar novo edital, que prorrogue o prazo do concurso por um período de 2 anos.
- 73 Considerando-se que o candidato aprovado em 16.º lugar no referido certame, até julho de 2004, não tivesse sido convocado oficialmente a tomar posse no cargo, não poderia ter sido realizado outro concurso para o mesmo cargo naquele mês.

Ainda à luz da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens que se seguem.

- 74 Considere a seguinte situação hipotética.
- Servidor concursado em certame realizado em 2003 tomou posse no mesmo ano em autarquia federal com lotação na cidade de Florianópolis – SC. Por determinação do presidente da autarquia, o servidor foi transferido, por interesse do serviço, para Brasília.
- Nessa situação, o servidor terá direito a ajuda de custo, correndo às expensas da autarquia as despesas de transporte, que compreendem passagem, bagagem e bens pessoais.
- 75 Técnico judiciário aprovado em concurso público para o STM, após adquirir estabilidade no cargo e com 38 anos completos, não poderá concorrer às eleições de 2006 para o cargo de deputado federal no Distrito Federal, por incompatibilidade expressa na Lei n.º 8.112/1990.

- 76 Considere a seguinte situação hipotética.

Adriano Silva é analista judiciário do STM há 8 anos. Por influência de seu pai, político importante, Adriano prepara-se para uma possível candidatura ao cargo de deputado distrital no DF nas eleições de 2006. Ao consultar o advogado de seu partido, Adriano foi informado de que, uma vez investido no mandato eletivo desejado, ficará necessariamente afastado de seu cargo de analista judiciário.

Nessa situação, a informação do advogado está de acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

À luz do direito administrativo brasileiro e da Constituição Federal, julgue os itens seguintes.

- 77 Considere a seguinte situação hipotética.

Elaine, servidora pública, foi dispensada pela Secretaria de Turismo à qual estava vinculada, após sindicância, com ampla defesa assegurada, por ter praticado atos incompatíveis com a função do cargo em que se encontrava investida.

Nessa situação, Elaine não poderia ter sido dispensada, sendo nulo o ato da Secretaria de Turismo, por não ter sido fundado em sentença judicial transitada em julgado, hipótese única em que um servidor público perde o seu cargo.

- 78 Segundo o texto constitucional, a administração pública é regida, entre outros, pelos princípios da legalidade, moralidade e da eficiência. Considerando-se um servidor público em estágio probatório, durante o qual também se verifica se a pessoa habilitada no certame preenche os requisitos legais exigidos, é correto afirmar que esse servidor deverá, obrigatoriamente, observar, em suas atividades, os princípios da eficiência e da moralidade.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 79 Segundo entendimento majoritário da doutrina do direito administrativo brasileiro, os atos administrativos dos servidores da administração pública indireta não são passíveis de controle jurisdicional.
- 80 Qualquer ato discricionário praticado por prefeito municipal deve atender obrigatoriamente ao princípio da moralidade pública previsto na Constituição Federal.

Com relação à contabilidade geral, julgue os itens a seguir.

- 81 O desgaste de um bem do ativo imobilizado ocasiona redução no resultado líquido.
- 82 As receitas devem ser lançadas pelo regime de caixa e as despesas, pelo regime de competência.
- 83 O recebimento de vendas a prazo, em período posterior à ocorrência da venda, ocasiona aumento no resultado líquido do período.
- 84 Depreciação acumulada é uma conta credora, apresentada no balanço patrimonial como redutora da conta de custo.
- 85 Em períodos inflacionários, em que os preços dos produtos aumentam, o custo das mercadorias vendidas, se apurado pelo método UEPS (último a entrar, primeiro a sair), ocasiona maior redução no lucro do que se for apurado pelo método PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair).

empresa A (em 31 de dezembro de 200X)			
ativo	R\$	passivo	R\$
bancos	1.000,00	empréstimos	2.800,00
contas a receber	6.100,00	fornecedores	10.180,00
estoques	4.360,00	duplicatas descontadas	3.000,00
despesas antecipadas	2.220,00		
imobilizado	8.300,00		

A partir da demonstração financeira da empresa A, mostrada acima, julgue os itens que se seguem.

- 86 A demonstração financeira evidencia a composição do resultado líquido da empresa A em determinado período.
- 87 Se, no próximo período, a empresa A vender R\$ 2.000,00 a prazo, receber R\$ 1.000,00 de adiantamentos de clientes e R\$ 4.200,00 de vendas a prazo, no final do período, ela apresentará um saldo de contas a receber de R\$ 3.900,00.
- 88 O registro de duplicatas descontadas no passivo circulante está correto, por constituir a possibilidade de futura obrigação para a empresa.
- 89 A empresa A possui mais recursos de origem própria do que de terceiros.
- 90 As contas do ativo da empresa A não estão classificadas em ordem correta, pois deveriam estar em ordem crescente de liquidez.

RASCUNHO

Em relação a lançamentos contábeis, julgue os itens seguintes.

- 91 O desgaste de um terreno deve ser lançado em conta de amortização.
- 92 No balancete de verificação, os saldos das contas de receita, de provisão para créditos de liquidação duvidosa e de contas a pagar devem ser apresentados na coluna de crédito.
- 93 No balancete de verificação, a diferença entre a coluna de débito e a coluna de crédito representa o resultado do exercício.
- 94 Os itens que existem fisicamente no estoque, mas que foram recebidos em consignação, integram a conta de estoques no balanço patrimonial.
- 95 No saldo da conta caixa, além do dinheiro, devem constar também os cheques recebidos a depositar e pagáveis imediatamente.

Considerando a contabilidade geral, julgue os itens subseqüentes.

- 96 Prejuízo do exercício constitui aplicação de recursos.
- 97 Contas do ativo de natureza devedora aumentam quando ocorre aplicação e diminuem quando o fato é uma origem.
- 98 Contas bancárias negativas representam origens de recursos, devendo ser registradas no passivo circulante.
- 99 No livro diário, os fatos contábeis devem ser lançados com a data do último dia útil de cada mês e em ordem cronológica.
- 100 O lançamento de retificação de um registro indevido denomina-se estorno.

O orçamento é um instrumento da administração pública que autoriza despesas para realização das políticas públicas. A respeito do orçamento, julgue os itens a seguir.

- 101 O princípio da especialização prevê que a lei orçamentária deve conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa.
- 102 Orçamento-programa é um sistema que presta particular atenção àquilo que um governo realiza, como educação, assistência médica e segurança, mais do que ao que adquire, como serviços, materiais e equipamentos.

O plano de contas único da administração federal tem o propósito de atender ao registro contábil e também o de proporcionar a consolidação de dados e informações a todos os níveis tanto da administração direta como da indireta. Com relação a planos de contas, julgue os itens seguintes.

- 103 A estrutura do plano de contas da União tem como um de seus objetivos realçar o estado patrimonial e suas variações, concentrando as contas típicas de controle nos grupos de compensação, de forma a propiciar o conhecimento mais adequado da situação econômico-financeira de uma gestão administrativa.
- 104 O sinal gráfico asterisco (*) antes da intitulação de determinadas contas identifica a necessidade de tratamento individualizado (conta-corrente), peculiar a cada item, com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade no gerenciamento dos dados desejados.

105 O subgrupo interferências ativas é de natureza devedora e registra as transferências financeiras recebidas pela unidade gestora.

A administração pública, na execução do orçamento, capta receitas e realiza despesas. Acerca de receita e despesa, julgue os itens subseqüentes.

106 O pagamento de determinado tributo por um contribuinte, em uma agência bancária, caracteriza o estágio do recolhimento da receita.

107 Despesa extra-orçamentária constitui uma saída financeira decorrente de recursos recebidos anteriormente, como, por exemplo, cauções em dinheiro, depósitos de terceiros e salários não reclamados.

108 A despesa empenhada no ano de 2003 pertence àquele exercício, mesmo que o bem ou serviço adquirido tenha sido entregue no exercício de 2004.

109 O pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo direito, extinguindo a obrigação.

110 A despesa realizada por meio de suprimento de fundos deve ter o seu comprovante emitido em nome do agente suprido pelos fornecedores ou prestadores de serviços no próprio documento fiscal comprobatório.

111 Despesa empenhada no último exercício e não paga é tratada no exercício atual como despesa de exercício anterior.

Na área pública, tendo em vista a necessidade de se levantarem diversos demonstrativos contábeis, as contas são segregadas em sistemas. A respeito de sistemas de contas, julgue os itens a seguir.

112 O patrimônio público está registrado em contas pertencentes aos sistemas financeiro e orçamentário.

113 Os sistemas financeiro e patrimonial possuem contas representativas de obrigações a pagar.

114 No sistema de compensação, são registrados os valores inscritos, os pagos e os a pagar de restos a pagar não processados.

Acerca de prestação de contas, julgue os itens seguintes.

115 Prestação de contas é o processo formalizado pelo titular de entidade da administração indireta federal, como, por exemplo, empresa subsidiária cujo capital o poder público tenha o controle direto ou indireto. Um dos objetivos da prestação de contas é demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos utilizados e os resultados obtidos.

116 Está sujeito à tomada de contas extraordinária todo aquele que deixar de prestar contas da utilização de recursos públicos, no prazo e forma estabelecidos, ou que cometer ou der causa a desfalque, desvio de bens ou praticar qualquer irregularidade que resulte prejuízo para a Fazenda Nacional.

117 No Poder Judiciário são arrolados como responsáveis apenas o ordenador de despesas, o encarregado do setor financeiro ou co-responsável por atos de gestão e o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é o sistema que processa a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da administração federal. Acerca do SIAFI, julgue os seguintes itens.

118 A guia de recolhimento da União (GRU) e a nota de sistema (NS) são documentos utilizados para a movimentação de recursos da conta única.

119 Um dos objetivos do SIAFI é permitir que os segmentos da sociedade obtenham a necessária transparência dos gastos públicos.

120 Unidade gestora é aquela citada no orçamento geral da União na qual são consignadas dotações para realização de seus programas de trabalho.

